

RACISMO E SAÚDE MENTAL DE MENINAS NEGRAS EM CONTEXTO ESCOLAR

Raísa Carolina Carvalho do Amaral¹

Marcos Roberto Vieira Garcia²

RESUMO

Introdução: O presente trabalho apresenta uma pesquisa em andamento que nasceu da vivência e da escuta de uma mulher negra que, ao longo de sua trajetória como criança, adolescente e estudante universitária, enfrentou os impactos do racismo estrutural. Buscando compreender a saúde mental de meninas negras do Ensino Fundamental 2 e Médio da rede pública na cidade de Sorocaba, articulada a intervenções voltadas ao acolhimento e fortalecimento daquelas que estão mais vulnerabilizadas. **Metodologia:** Será realizada a avaliação de uma intervenção educativa e psicoemocional com meninas negras voltada ao fortalecimento da identidade, saúde mental e enfrentamento ao racismo em uma escola pública da cidade de Sorocaba, com meninas negras em faixa etária de 11 a 16 anos visando avaliar uma proposta de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, abrindo espaço para debates sobre saúde mental e racismo, com foco em canais de apoio e denúncia. **Resultados esperados:** Espera-se que tais intervenções contribuam significativamente para o fortalecimento emocional, social e identitário dessas meninas, promovendo acolhimento, escuta ativa, diálogo e a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento do racismo dentro e fora do ambiente escolar tendo como principal objetivo não apenas oferecer suporte imediato, mas também estimular a autonomia, o senso de pertencimento e a valorização das identidades negras pelo olhar interseccional de gênero e raça. Além disso, a iniciativa será planejada com base em termos de replicabilidade, permitindo que outras escolas possam adaptar e aplicar a proposta. Ampliando o alcance da intervenção e contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas em diferentes territórios educacionais, promovendo assim uma educação antirracista.

Palavras-chave: Saúde Mental, Racismo, Meninas negras, Escola.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação PPGEd-So – UFSCar Sorocaba – SP, ramaral@estudante.ufscar.br

² Professor do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar e docente do PPGEd-So, mgarcia@ufscar.br;



INTRODUÇÃO

As experiências de infâncias e a adolescências de meninas são definidas por processos sociais e culturais que moldam suas identidades de maneira diferente em relação aos meninos, desde normas de gênero que tentam impor padrões sobre seus corpos, subjetividades, até as oportunidades de participação em diferentes espaços. Desde cedo, meninas são frequentemente educadas para o cuidado, a obediência e a responsabilidade emocional, o que impacta diretamente sua autoestima, autonomia e acesso a direitos. No entanto, ao se adotar uma abordagem homogênea em relação à categoria "meninas", desconsideram-se as interseções que atravessam esse grupo, como raça, classe social, território, identidade de gênero e orientação sexual.

Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), se torna essencial para compreender os diferentes marcadores sociais, como raça, classe e território se sobrepõem e intensificam vulnerabilidades. No Brasil, meninas negras vivenciam múltiplas camadas de desigualdade que atravessam esses marcadores sociais, resultado de estruturas históricas de poder que ainda moldam suas experiências cotidianas. Nesse contexto, a interseccionalidade, permite compreender como essas opressões não atuam isoladamente, mas se entrelaçam, produzindo formas específicas de exclusão e marginalização. Enquanto meninas brancas tendem a ser percebidas como frágeis e merecedoras de proteção, meninas negras são frequentemente adultizadas, responsabilizadas precocemente, sendo alvos de expectativas rígidas e estereotipadas (Gonzalez, 1984). Essa percepção impacta diretamente o modo como elas são vistas (e muitas vezes não vistas) pela sociedade. Para Sueli Carneiro (2003), esse apagamento institucional reforça processos de desumanização e negação de cuidado e reconhecimento.

No ambiente escolar, por exemplo, a desigualdade se expressa tanto na forma como essas meninas são tratadas por professores quanto na maneira como suas presenças são ignoradas nos currículos e nas práticas pedagógicas, a autora Patrícia Hill Collins (2019) destaca que o estigma e a desvalorização são mecanismos persistentes na produção do fracasso escolar entre meninas negras, uma vez que limitam sua autoestima e o reconhecimento de suas capacidades. Essas experiências vividas na escola afetam profundamente a constituição subjetiva dessas meninas, comprometendo não apenas sua trajetória educacional, mas também suas relações afetivas e sociais. Assim, compreender as experiências de meninas negras no ambiente educacional exige não apenas o



reconhecimento das desigualdades, mas também o compromisso com práticas que rompam com a lógica de exclusão que ainda persiste. Diante desse cenário, refletir sobre as vivências de meninas negras no espaço escolar exige reconhecer a escola não apenas como local de aprendizagem, mas também como território de disputa dessas subjetividades, de produção de silenciamentos e, potencialmente, de resistência.

O racismo, compreendido como estrutura sistêmica e naturalizada no cotidiano, atua como um fator determinante no adoecimento psíquico de crianças e adolescentes negros. Suas manifestações ultrapassam a esfera da exclusão social e econômica, alcançando também a constituição da subjetividade e da identidade racial desde os primeiros anos de vida. Jurema Werneck (2016) destaca que o racismo institucional e estrutural impacta diretamente as condições de saúde da população negra, criando barreiras de acesso ao cuidado e contribuindo para o agravamento do sofrimento psíquico. Já Juliana Cruz e André Bastos (2020) analisam como experiências recorrentes de estigmatização, humilhações e sensação de não pertencimento afetam profundamente a saúde mental de jovens negros, favorecendo o surgimento de sintomas como ansiedade, depressão, autolesão e comportamentos suicidas.

Considerando a escola como uma das primeiras instituições de socialização, que se apresenta como espaço de reprodução do racismo estrutural, seja pela invisibilização da história e da cultura afro-brasileira ou pelo tratamento desigual dado a estudantes negros (CARNEIRO, 2003), os quais são frequentemente negligenciados em seu cotidiano. Essa negligência institucional também é observada no campo da saúde, onde crianças e adolescentes negros frequentemente não têm acesso a um cuidado psicológico qualificado e culturalmente sensível (ALMEIDA FILHO, 2017). Além disso, a ausência de um olhar interseccional por parte dos profissionais de saúde e educação contribui para a patologização desses sujeitos, desconsiderando o racismo como elemento central de sofrimento. Como afirmam Ribeiro e Silva (2021), não se trata apenas de reconhecer o impacto do racismo, mas de integrar essa dimensão ao entendimento das demandas subjetivas de crianças e adolescentes negros. Negligenciar essa articulação é, portanto, reproduzir violências institucionais e perpetuar silenciamentos históricos.

Nesse campo, a aprendizagem não ocorre em um vácuo neutro: ela é atravessada por expectativas, estigmas e relações de poder que afetam diretamente o modo como estudantes são percebidos e tratados. Kabengele Munanga (2005) aponta que alunos negros, especialmente nas escolas públicas brasileiras, frequentemente enfrentam um ambiente escolar que reproduz o racismo estrutural, sendo mais associados à indisciplina



do que ao desempenho acadêmico. Nilma Lino Gomes (2017) reforça essa ideia, ao evidenciar como as baixas expectativas dos educadores em relação a esses estudantes reduzem suas oportunidades de participação e reconhecimento dentro da escola. Para meninas negras, como observa Patrícia Hill Collins (2019), essas desigualdades se acentuam por meio de processos de adultização precoce, silenciamento e hipervisibilidade negativa, que afetam diretamente sua autoestima e suas possibilidades de expressão. Com isso, surge um apagamento simbólico dessas meninas nos espaços escolares que dificulta o seu pertencimento, tornando o ambiente educacional um lugar de constante enfrentamento.

A implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, foi um marco importante para a promoção de uma educação antirracista. No entanto, como observa Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010), sua efetivação ainda encontra resistências no cotidiano escolar, seja pela ausência de formação docente adequada, seja pela permanência de currículos eurocentrados. Assim, refletir sobre o papel da escola na aprendizagem exige reconhecer como o racismo institucional e a falta de representatividade impactam não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento subjetivo e social de crianças e adolescentes negros.

Nesse cenário, os impactos do racismo estrutural também se evidenciam de forma contundente no campo da saúde mental, onde seus efeitos são igualmente profundos. Nessa perspectiva, Achille Mbembe (2018) argumenta que o racismo moderno opera como uma necropolítica, ou seja, o poder de decidir quem vive e quem pode morrer, o que ajuda a compreender como determinadas populações, como por exemplo, a juventude negra, são sistematicamente empurradas para situações de vulnerabilidade extrema. Essa análise é reforçada por Juliana Cruz e André Bastos (2020) que demonstram que comportamentos como autolesão e suicídio, historicamente invisibilizados entre populações negras, têm se tornado cada vez mais recorrentes entre adolescentes negras no Brasil.

O índice de autolesão entre meninas adolescentes no Brasil é significativamente mais alto do que entre meninos, revelando uma disparidade de gênero importante no campo da saúde mental infantojuvenil. De acordo com dados do Ministério da Saúde, organizados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre 2014 e 2019, mais de 70% dos registros de autolesão entre adolescentes de 10 a 19 anos envolveram meninas. Já os dados do Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) apontam que,



entre adolescentes de 15 a 19 anos, 23,2% das autolesões registradas foram cometidas por meninas, enquanto 17,5% foram por meninos, na faixa etária de 5 a 14 anos, a diferença é ainda mais expressiva: 11,5% das meninas apresentaram registros de autolesão, contra 4,1% dos meninos (FIOCRUZ, 2021). Esse dado é alarmante e aponta para um sofrimento psíquico que, embora silencioso, tem se intensificado, especialmente em contextos de desigualdade social, violência simbólica e pressão estética e comportamental, e escancara o impacto das pressões sociais, das desigualdades estruturais de gênero no sofrimento psíquico de meninas brasileiras. Muitas vezes, essas adolescentes são atravessadas por cobranças em relação ao corpo, à sexualidade e ao desempenho escolar, somadas à ausência de espaços seguros de escuta e cuidado.

A autora Karen Scavacini (2021) destaca que meninas, em especial as negras e periféricas, vivenciam intensamente a cobrança por desempenho, o silenciamento de suas emoções e a negação de cuidado, fatores que contribuem para o desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos. Além disso, o estigma em torno da saúde mental feminina muitas vezes impede que esse sofrimento seja reconhecido pelas famílias, escolas e instituições de saúde, dificultando o acesso ao cuidado adequado. Para Scavacini, compreender a autolesão entre meninas exige atenção ao contexto sociocultural e à forma como questões de gênero e raça interagem com o sofrimento mental. A diferença nas taxas entre os gêneros não pode ser interpretada apenas como dado estatístico, mas como um alerta sobre o silenciamento das dores femininas na adolescência. Esses dados evidenciam a urgência de se compreender a saúde mental como uma dimensão profundamente atravessada pelo racismo e pelas desigualdades sociais, exigindo práticas de cuidado mais atentas às especificidades dessas vivências.

Ainda nessa reflexão sobre meninas negras, escola, racismo e saúde mental, Isildinha Baptista (2007), chama atenção para o despreparo de muitos profissionais da saúde mental em lidar com essa dimensão racial do sofrimento. Segundo ela, é comum que comportamentos de crianças e adolescentes negros sejam interpretados de forma patologizante⁴, sem o devido reconhecimento do contexto de opressão estrutural que os produz.

Os autores Juliana Cruz e André Bastos (2020) apontam que os índices de suicídio entre adolescentes negros têm crescido nos últimos anos, ao passo que as políticas públicas seguem tratando o problema sem considerar o recorte racial como categoria essencial de análise e intervenção. Frente a essa realidade, torna-se evidente que fenômenos como a autolesão e o suicídio não podem ser tratados exclusivamente como



questões individuais ou clínicas. Eles também devem ser compreendidos como respostas possíveis a um sistema que, historicamente, nega dignidade, afeto e reconhecimento a esses sujeitos. Scavacini (2021), ao discutir estratégias de prevenção do suicídio entre adolescentes e jovens, reforça a importância de abordagens intersetoriais, culturalmente sensíveis e racialmente informadas, que levem em conta os determinantes sociais da saúde, entre eles, o racismo estrutural. Pensar a saúde mental de crianças e adolescentes negros, portanto, requer um compromisso ético e político com o enfrentamento do racismo em todas as suas formas, desde as práticas clínicas até as institucionais, escolares e acadêmicas.

Torna-se evidente que a saúde mental de meninas negras não pode ser dissociada das violências estruturais que perpassam suas vidas. A escola, longe de ser neutra, pode tanto ajudar a adoecer quanto curar, dependendo do modo como lida com as diferenças e das políticas que implementa. A educação, quando aliada à pedagogia crítica e ao cuidado coletivo, torna-se uma potente ferramenta de transformação social. O reconhecimento da interseccionalidade, da subjetividade negra e das epistemologias do cuidado representa um caminho para uma educação verdadeiramente libertadora, capaz de promover a autoestima, o protagonismo e a saúde mental de meninas negras. Para tanto, é imprescindível o compromisso coletivo com a formação de educadores, a implementação de políticas afirmativas, a valorização dos saberes locais e ancestrais, e a criação de espaços acolhedores e inclusivos.

As escolas, enquanto instituições socializadoras fundamentais, muitas vezes reproduzem dinâmicas racistas que atravessam e adoecem as subjetividades negras. Meninas negras, em especial, enfrentam processos de silenciamento, hipervisibilidade negativa e adultização precoce, que afetam não apenas seu desempenho acadêmico, mas também sua construção identitária e emocional. Apesar da existência de políticas como a Lei 10.639/03, que visa promover uma educação antirracista, sua implementação ainda enfrenta resistências e lacunas.

Este estudo se volta à investigação das experiências escolares de meninas negras no Ensino Fundamental II e Ensino Médio em escolas públicas localizadas na cidade de Sorocaba - SP. O recorte abrange estudantes com idades entre 11 e 17 anos, priorizando a escuta e a análise das vivências atravessadas por marcadores sociais como raça, gênero, classe e território. A pesquisa se desenvolverá a partir de encontros pedagógicos mediados por práticas de escuta sensível, intervenções educativas e uso da cartografia como método



para compreender os afetos, os deslocamentos e os territórios subjetivos das participantes.

Esta é uma pesquisa de mestrado em andamento que parte da hipótese de que a escola, ao reproduzir práticas racistas e sexistas, contribui para o sofrimento psíquico de meninas negras, afetando sua autoestima, identidade e relações sociais. A ausência de representatividade e de espaços de escuta intensifica a sensação de não pertencimento, enquanto práticas pedagógicas antirracistas e interseccionais podem favorecer resistência, fortalecimento subjetivo e promoção da saúde mental. Assim, a questão central do estudo é: como as experiências escolares impactam a saúde mental de meninas negras e de que forma práticas pedagógicas antirracistas podem promover pertencimento, identidade positiva e cuidado? A pesquisa será qualitativa, utilizando a cartografia como método e intervenções educativas como prática de escuta e cuidado, entendendo a escola como possível espaço de acolhimento e afirmação identitária.

METODOLOGIA

Este estudo tem como foco as experiências escolares de meninas negras matriculadas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio de escolas públicas da cidade de Sorocaba-SP, com idades entre 11 e 17 anos. O recorte privilegia a escuta e a análise das vivências atravessadas por marcadores sociais como raça, gênero, classe e território.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interventivo, fundamentada na cartografia como método de pesquisa intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Tal perspectiva não se limita a observar ou descrever fenômenos, mas busca acompanhar processos em movimento, reconhecendo que os modos de ser e estar das participantes se produzem na relação com os contextos que habitam. Nesse sentido, a cartografia permite apreender os afetos, deslocamentos, tensões e territórios subjetivos que atravessam a experiência escolar de meninas negras, valorizando tanto suas dores quanto suas formas de resistência.

Mais do que uma técnica de coleta de dados, a cartografia se apresenta como uma postura ética e política, na medida em que se propõe a construir conhecimento junto com as participantes, e não sobre elas. Por isso, a opção metodológica privilegia as narrativas das meninas negras em seus próprios termos, considerando-as produtoras de saberes legítimos e fundamentais para repensar práticas educativas. Essa escolha reforça a centralidade da experiência vivida e das vozes das estudantes no processo de pesquisa,



reconhecendo a escola como espaço de disputa simbólica e subjetiva, onde também é possível criar estratégias de escuta, cuidado e afirmação identitária.

O desenvolvimento do estudo ocorrerá por meio de encontros pedagógicos mediados por práticas de escuta sensível e intervenções educativas, articulando-se com epistemologias do cuidado e metodologias que enfatizam o lugar do afeto no campo da educação (FERREIRA, 2018). Assim, pretende-se compreender de que modo as intersecções entre raça, gênero e escola se expressam nas trajetórias escolares das participantes, tomando a escuta e o cuidado como fundamentos para a produção de conhecimento. A pesquisa será orientada pelos princípios da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sendo um subprojeto parte da pesquisa “Vulnerabilidades de jovens às IST e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais de prevenção e promoção da saúde baseada nos direitos humanos” financiado pela Fapesp e realizado em escolas de São Paulo, Sorocaba e Santos, tendo a professora Vera Paiva (USP) como pesquisadora responsável e o professor Marcos Garcia (UFSCar) como um dos pesquisadores principais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo se ancora em um referencial teórico interseccional fundamentado principalmente nas epistemologias feministas negras, que possibilitam compreender as múltiplas opressões que incidem sobre os corpos e subjetividades de meninas negras no espaço escolar. O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), é central nesta análise, por permitir a compreensão de como diferentes marcadores sociais como raça, gênero, classe, território e geração, entre outros, se cruzam de maneira simultânea, produzindo formas específicas de desigualdade e exclusão.

A obra de Sueli Carneiro (2003) contribui para a compreensão do racismo como uma estrutura que desumaniza e nega reconhecimento à população negra, especialmente às mulheres negras, enfatizando a urgência de políticas de cuidado e afirmação identitária. Patricia Hill Collins (2019), por sua vez, ao discutir a matriz de dominação, evidencia como meninas negras são duplamente oprimidas por seu gênero e raça, sendo frequentemente silenciadas e adulteradas precocemente no ambiente escolar.

No campo da saúde mental, autoras como Jurema Werneck (2016, 2022), Isildinha Baptista (2007) e Grada Kilomba (2019) evidenciam que o racismo institucional atua como um fator determinante no sofrimento psíquico de meninas negras, frequentemente



invisibilizado pelas instituições de saúde e educação. Essas autoras demonstram como a estigmatização, o silenciamento e o sentimento de não pertencimento, gerados por experiências racistas, contribuem para o adoecimento psíquico, manifestando-se em sintomas como ansiedade, autolesão e ideação suicida entre adolescentes negras.

No contexto educacional, as reflexões de Nilma Lino Gomes (2017) e Kabengele Munanga (2005) são fundamentais para a análise crítica da escola enquanto espaço que pode tanto reproduzir o racismo estrutural quanto se constituir como território de resistência. A implementação da Lei 10.639/03 representa um marco legal relevante para a promoção de uma educação antirracista. No entanto, sua efetividade é limitada diante da ausência de formação docente específica e da persistência de currículos baseados em uma perspectiva eurocêntrica (SILVA, 2010). Nesse cenário, as contribuições de bell hooks (2013) se mostram essenciais ao pensar a educação como prática da liberdade, defendendo uma pedagogia crítica que valorize o afeto, o diálogo e o reconhecimento das experiências e saberes de estudantes historicamente marginalizados. Portanto, o referencial teórico aqui adotado fundamenta a pesquisa ao reconhecer que a experiência escolar das meninas negras não pode ser dissociada das dimensões estruturais do racismo e do sexismo, e que, para produzir transformações significativas, é necessário escutá-las, acolhê-las e criar estratégias educativas antirracistas que promovam pertencimento, identidade positiva e cuidado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em fase final de desenvolvimento. Até o momento, foram realizadas as seguintes etapas: Revisão narrativa da literatura que relaciona Racismo e Saúde mental na escola com recorte de gênero, tendo tema de pesquisa “meninas negras”, considerando estudos realizados no Brasil nos últimos dez anos; Construção do referencial teórico com base em autoras como Sueli Carneiro (2003), bell hooks (1994), Patricia Hill Collins (2019), Grada Kilomba (2019) e Isildinha Baptista (2007); Elaboração do protocolo metodológico baseado na cartografia e nas práticas de escuta sensível. Também foram realizados os primeiros contatos com a escola participante, situada na rede pública municipal da cidade de Sorocaba - SP e iniciadas as rodas de conversa com um grupo de alunas negras do Ensino Fundamental II e Médio. Os encontros, mediados por dinâmicas de escuta, escrita e expressão corporal, vêm



revelando situações racistas, sentimentos recorrentes de invisibilidade, sobrecarga emocional e ausência de representatividade, além de autolesão e ideação suicida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender as principais características que compõem possíveis impactos do racismo na saúde mental de meninas negras na escola, é preciso partir antes do pressuposto de que uma instituição educativa para ser considerada antirracista, necessita olhar para o seu interior e as pessoas que o compõem. Embora tenhamos hoje, mais de 21 anos de implementação da Lei 10.639/03, é evidente que ainda temos muito a caminhar para que essa Lei seja aplicada de fato nas escolas de maneira interdisciplinar e efetiva, pois não há educação antirracista em espaços que compactuam com o racismo estrutural e não há antirracismo em espaços que compactuam com o racismo.

Vemos um déficit muito grande na formação de professores. Em pleno ano de 2025, é praticamente inadmissível que profissionais de educação reforcem estereótipos racistas e reproduzam tais atitudes em ambiente escolar, é fundamental que esses profissionais adquiram mais conhecimento e criticidade para que não apoiem esse crime.

Meninas negras em fase escolar passam por diversas situações racistas e sexistas no dia a dia e é importante também que estejamos atentos, enquanto educadores, sobre o quanto isso pode interferir nos processos de ensino aprendizagem, visto que o racismo adoece, podendo levar a vícios em substâncias, autolesão e suicídio.

É preciso, um olhar mais sensível para essas meninas, para que possamos criar meios de fortalecimento e enfrentamento ao racismo, tornando a escola o que ela deveria ser de um fato: um local de construção de saberes e aprendizados e não um ambiente hostil e reprodutor de preconceitos e adoecimento.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: ago. 2025.



- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.
- CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na escola: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, p. 139-167, 1989.
- CRUZ, Juliana; BASTOS, André. Juventudes negras e sofrimento psíquico: um estudo sobre suicídio e racismo institucional. 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heici Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, São Paulo, n. 6-7, p. 67-82, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, v. 2, p. 223-244, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- KASTRUP, V. Cognição e emoção na imanência afetiva. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*, Rio de Janeiro, 2007. v. 1.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NOGUEIRA, I. B. Cor e inconsciente. In: KON, N. M.; ABUD, C.; SILVA, M. L. da (orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A cor do inconsciente: significações do corpo negro/Isildinha Baptista Nogueira - 1 ed. - São Paulo: Perspectiva, 2021. 192 p.



Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

WERNECK, Jurema. *Racismo Institucional e Saúde da População Negra*. Saúde & Sociedade, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

